

ANÁLISE DE INTERNAÇÕES POR DIFICULDADE NO ALEITAMENTO MATERNO EM UM HOSPITAL E MATERNIDADE DE GOIÁS

Data de submissão: 03/09/2024

Data de aceite: 01/10/2024

Mariana Fernandes Boccanera

Médica Pediatra

<https://orcid.org/0000-0002-8329-4635>

Sandra Oliveira Santos

Mestre em Biologia - pela Universidade Federal de Goiás – UFG/ Goiânia/ GO; Docente Centro Universitário Estácio de Goiás. Docente da Faculdade ITH
<https://orcid.org/0000-0003-3394-2566>

Alvaro Paulo Silva e Souza

Mestre em Biologia - pela Universidade Federal de Goiás – UFG/ Goiânia/ GO; Docente do Centro Universitário Estácio de Goiás. Docente da Faculdade ITH
<https://orcid.org/0000-0003-1582-8794>

Flavyo Augustho Moraes Leite

Médico Clínico Geral

<https://orcid.org/0009-0002-7405-4610>

Luiz Fernando Alves De Oliveira5

Acadêmico de Medicina pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS/ MS
<https://orcid.org/0009-0000-0637-0764>

Lídia Acyole De Souza

ORIENTADORA. Doutora em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de Goiás – UFG/ Goiânia/ GO
<https://orcid.org/0000-0001-9046-1801>

RESUMO: Introdução: O aleitamento materno (AM) é fator importante na promoção da saúde por se tratar de uma técnica de proteção, vínculo, afeto e nutrição para a criança. A literatura relata inúmeros benefícios para o recém-nascido, para a mãe e para família, alertando da importância desta na diminuição da morbidade e mortalidade. Nos últimos anos, governos e profissionais da saúde têm somado esforços na ampliação do acesso a informação e desenvolvimento de políticas públicas para garantia de AM. Entretanto, fatores sociais, econômicos e até mesmo, biológicos, têm-se apresentado como facilitadores para o desmame precoce. O objetivo deste estudo é analisar internações por dificuldade no aleitamento materno em um hospital e maternidade de Goiânia-GO. **Metodologia:** Trata-se de um estudo transversal, retrospectivo, descritivo e quantitativo, com análise de dados secundários sobre internação no um hospital e maternidade de Goiânia-GO, nos últimos 3 anos. Os CIDs utilizados para a coleta serão o P92.5 e o projeto foi aprovado pelo CEP conforme parecer: 6.455.581. **Resultados:** Dentre os 117 casos encontrados, 45,3% (n=53) eram de neonatos do sexo masculino, 34,2% (n=40) do sexo feminino e 20,5%

(n=24) não tiveram o sexo informado. Em relação à raça, 93,2% (n=109) dos casos eram de pessoas pardas, enquanto 6,8% (n=8) eram de pessoas brancas. Ao considerar o município de residência, mais da metade da amostra (50,4% / n=59) residia na capital Goiânia, 37,6% (n=44) em cidades da região metropolitana de Goiânia, e 12% (n=14) em diferentes cidades do interior de Goiás. **Conclusão:** O estudo constatou uma redução significativa nos casos de dificuldades de amamentação em um hospital e maternidade de Goiás, porém a literatura indica que a amamentação ainda é um desafio. Apesar dos avanços, é fundamental manter a promoção, proteção e apoio à amamentação para garantir o sucesso das mulheres.

PALAVRAS-CHAVE: Aleitamento materno, alojamento conjunto, nutrição do lactente, período pós parto.

ANALYSIS OF HOSPITALIZATIONS DUE TO DIFFICULTY BREASTFEEDING IN A HOSPITAL AND MATERNITY WARD IN GOIÁS

ABSTRACT: Introduction: Breastfeeding (BF) is an important factor in promoting health as it involves techniques for protection, bonding, affection, and nutrition for the child. The literature reports numerous benefits for the newborn, mother, and family, emphasizing its importance in reducing morbidity and mortality. In recent years, governments and healthcare professionals have made efforts to expand access to information and develop public policies to ensure BF. However, social, economic, and even biological factors have been identified as facilitators for early weaning. The objective of this study is to analyze hospitalizations due to breastfeeding difficulties at a hospital and maternity unit in Goiás. **Methodology:** This is a cross-sectional, retrospective, descriptive, and quantitative study, analyzing secondary data on hospitalizations at the Hospital da Mulher and Maternidade Dona Iris over the past 3 years. The ICD-10 codes used for data collection were P92.5, and the project was approved by the research ethics committee under opinion number: 6,455,581. **Results:** Among the 117 cases found, 45.3% (n=53) were male neonates, 34.2% (n=40) were female neonates, and 20.5% (n=24) did not have their gender reported. Regarding race, 93.2% (n=109) of the cases were of mixed race, while 6.8% (n=8) were white. Considering the municipality of residence, over half of the sample (50.4% / n=59) lived in the capital, Goiânia, 37.6% (n=44) in cities in the metropolitan region of Goiânia, and 12% (n=14) in different cities in the interior of Goiás. **Conclusion:** The study found a significant reduction in breastfeeding difficulties at a hospital in Goiás, yet the literature indicates that breastfeeding remains a challenge. Despite progress, it is essential to continue promoting, protecting, and supporting breastfeeding to ensure women's success. **KEYWORDS:** Breastfeeding, rooming-in, infant nutrition, postpartum period

INTRODUÇÃO

O aleitamento materno exclusivo (AME) por seis meses e posterior introdução alimentar complementar adequada são ações importantes como estratégia de melhoria da saúde materna e infantil, e estão relacionadas a diminuição dos índices de morbidade e mortalidade neonatal, principalmente em países subdesenvolvidos (VICTORIA et al, 2016). No Brasil é possível identificar nos últimos 40 anos, um aumento substancial de políticas públicas com foco na promoção, proteção e apoio a amamentação, resultando em melhorias significativas nas prevalências de aleitamento materno exclusivo (CRISTOFEL et al, 2022).

O leite materno é superior ao leite de outras espécies e seus benefícios vão além dos aspectos nutricionais, proporcionando uma repercussão positiva no desenvolvimento físico, social e cognitivo do recém-nascido (SMS – PRP, 2020). Dentre os inúmeros benefícios apresentados pelo Ministério da Saúde do Brasil (BRASIL, 2023) tem-se diminuição de morte infantil, redução de episódios de diarreia, redução de alergias e fortalecimento do sistema imunológico, prevenção de obesidade, diminuição do risco de desnutrição, menores custos financeiros, aumento do vínculo afetivo entre mães e crianças, entre outros.

As consultas do pré-natal é o principal espaço para orientação e conscientização sobre a importância do aleitamento materno exclusivo, entretanto, reconhecer as condições sociais e econômicas da gestante, proporcionar uma escuta ativa e acolher as preocupações e aflições da lactante são imprescindíveis na manutenção da amamentação (BRASIL, 2015; KRETZMANN, 2018). Apesar da comprovação de seus benefícios e da preocupação de serviços de saúde público e privado em ampliar informações sobre aleitamento materno, a literatura relata ainda que existem grandes desafios a serem superados.

O interesse pela compreensão dos desafios vivenciados pelas lactantes tem aumentado e apresentado respostas concretas para a ciência. É cientificamente comprovado que a necessidade de retorno da mãe ao mercado de trabalho, a ampliação do surgimento de fórmulas e alimentos industrializados, a cultura da mamadeira, a necessidade de maior praticidade no cuidado com o recém-nascido e, principalmente, falta de informação e “baixa confiança” no ato de amamentar, estão associados ao desmame precoce (KRETZMANN, 2018). Obstáculos associados a produção do leite também são reconhecidos como fatores limitantes para AME, e dizem respeito a questões psicossociais, nutricionais, estilo de vida, saúde geral da mulher, bem como a dor e dificuldade de aplicação das técnicas de amamentação (PINTO et al, 2023).

Neste cenário, o apoio à gestante e garantia de eficiência na amamentação é indiscutível no sistema de saúde. O surgimento de alojamentos conjuntos garante que, recém-nascidos com dificuldades de se alimentarem, permaneçam ao lado da mãe, no mesmo ambiente, até alta hospitalar de ambos. Essa iniciativa permite que profissionais da saúde tenham contato direto com as dificuldades encontradas no início da amamentação, e prestem um serviço de qualidade, garantindo para a família todos os benefícios do AME (BICALHO et al, 2021).

Neste sentido, estudos que investiguem casos de dificuldade no aleitamento materno podem contribuir para o desenvolvimento de estratégias que visem incentivar e apoiar essa prática. Os dados obtidos neste estudo podem ser úteis para direcionar orientações e intervenções mais específicas nos primeiros dias após o parto, tanto por parte de profissionais de saúde quanto por auxiliares.

O presente estudo tem como objetivo analisar as internações com dificuldade no aleitamento materno em um hospital e maternidade de Goiás, tendo foco nos seguintes objetivos específicos: identificar a prevalência de internações causadas por dificuldades no aleitamento materno entre os anos de 2021 e 2023 em um hospital de Goiás; associar a prevalência de internações por dificuldades no aleitamento materno com fatores sociodemográficos; e discutir o impacto das internações por dificuldade no aleitamento

materno para a saúde materna, neonatal e pública, destacando a importância de políticas e ações que visem a prevenção dessas interações bem como, o apoio adequado às mães que enfrentam dificuldades nesse processo. Parte superior do formulário

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo transversal, retrospectivo descritivo e quantitativo. Realizou-se uma análise de dados secundários a partir do banco de informações sobre internação e prontuários no Hospital da Mulher e Maternidade Dona Iris (Goiânia/Goiás) nos últimos 3 anos (2021 a 2023). Foram pesquisados os códigos da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID-10), que mencionam “Problemas de alimentação do recém-nascido”, especificamente: “ P92.5 – Dificuldade neonatal na amamentação no peito”.

De acordo com as normas da Resolução 466/12 Conselho Nacional de Saúde sobre pesquisas envolvendo seres humanos, o presente projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética do Hospital e Maternidade Dona Iris (HDMI) conforme parecer nº 6.455.581. Na condução deste estudo, foi dispensada a aplicação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) junto aos participantes. Tal dispensa se deu em virtude da natureza da pesquisa, que consiste em uma análise retrospectiva de dados. Nesse contexto, os dados utilizados são de acesso público e não identificam individualmente os pacientes, garantindo assim a preservação da privacidade e confidencialidade das informações.

A dispensa do TCLE está em conformidade com as normas éticas e regulatórias aplicáveis a estudos que envolvem análise de dados secundários, conforme estabelecido pelas diretrizes éticas para pesquisa envolvendo seres humanos, tais como a Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e as normativas do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do HDMI.

Os dados foram analisados com auxílio do programa Excel e do pacote estatístico *Statistical Package for the Social Science* (SPSS), versão 22.0. As variáveis foram categorizadas e apresentadas em frequência absoluta (n) e relativa (%), a partir de gráficos de barras simples e em clusters, para melhor visualização dos resultados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dentre os casos encontrados, 45,3% (n=53) eram de neonatos do sexo masculino, 34,2% (n=40) do sexo feminino e 20,5% (n=24) não informaram o sexo. Quanto à raça, 93,2% (n=109) dos casos eram de pessoas pardas, enquanto 6,8% (n=8) eram de pessoas brancas. Ao estratificar por município de residência, observou-se que mais da metade da amostra (50,4% / n=59) residia na capital Goiânia, enquanto 37,6% (n=44) eram de cidades pertencentes à região metropolitana de Goiânia, e 12% (n=14) eram de diferentes cidades do interior de Goiás.

O gráfico 1 apresenta a distribuição dos casos ao longo dos anos analisados. Observa-se uma significativa redução nos casos de dificuldade de amamentação, no qual o ano 2021 apresentou 76,9% (n=90) dos casos, enquanto até o mês de novembro de 2023 foram registrados apenas 5,2% (n=6) casos. Recém-nascidos do sexo masculino representaram maioria dos casos nos três anos, conforme gráfico 2.

No ano de 2021, 53,3% (n=48) dos atendimentos foram para famílias residentes da capital, enquanto em 2022 mais da metade dos atendimentos foram para famílias da região metropolitana. Observa-se também que a redução dos casos em 2023 levou a um aumento na concentração de atendimentos para recém-nascidos de Goiânia em detrimento dos da região metropolitana e das cidades no interior de Goiás. O gráfico 3 apresenta a estratificação por município de residência das interações por dificuldade no aleitamento materno em um hospital e maternidade de Goiás nos últimos 3 anos.

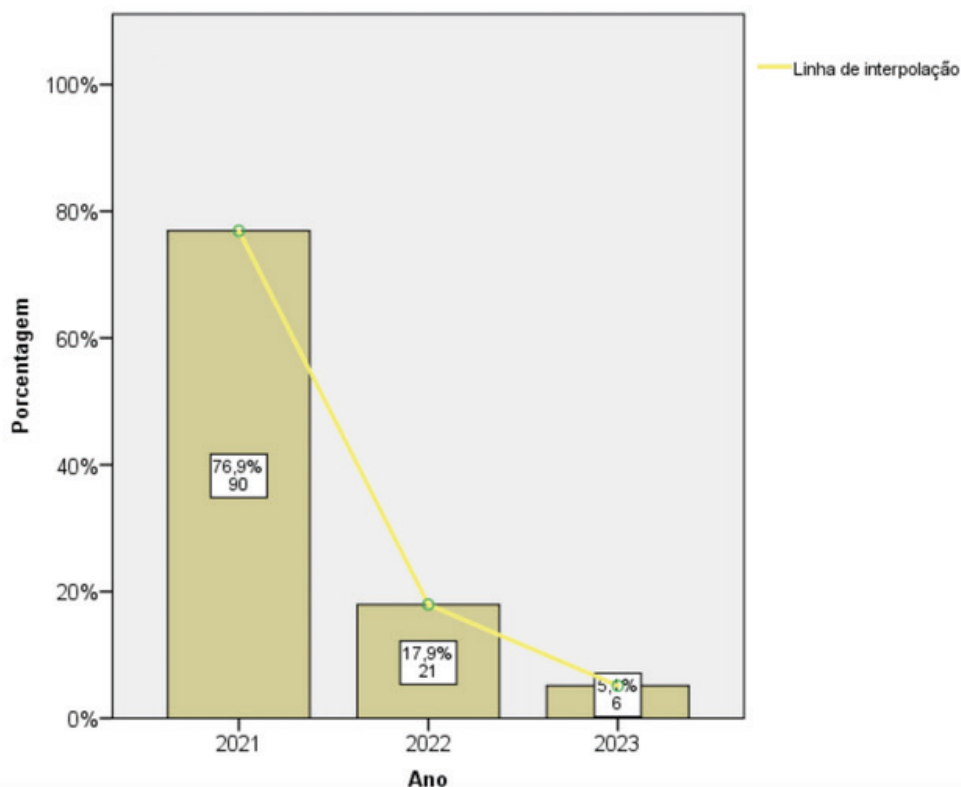


Gráfico 1. Interações por dificuldade no aleitamento materno em um hospital e maternidade de Goiás nos últimos 3 anos

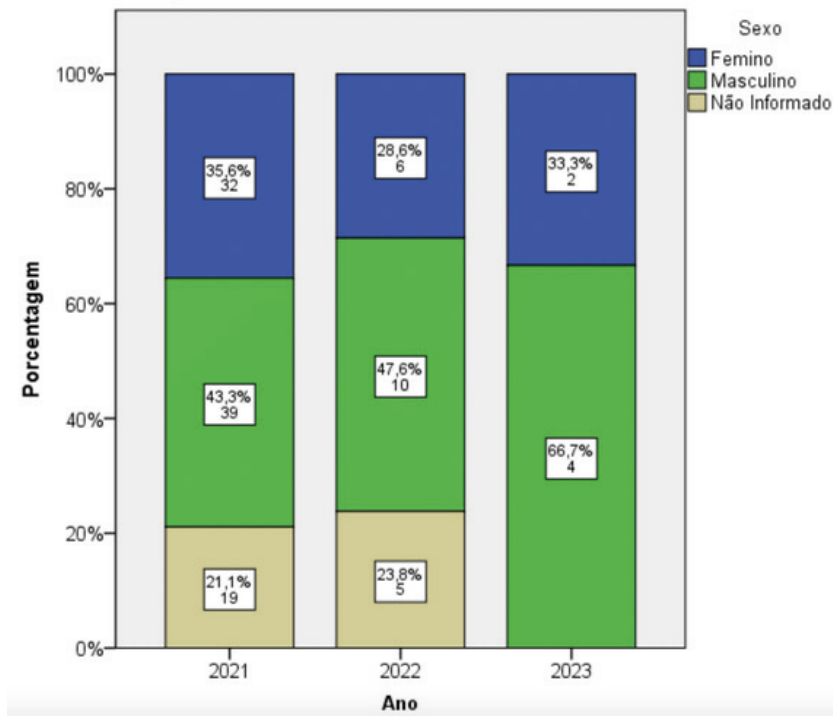


Gráfico 2. Estratificação por sexo de internações por dificuldade no aleitamento materno em um hospital e maternidade de Goiás nos últimos 3 anos

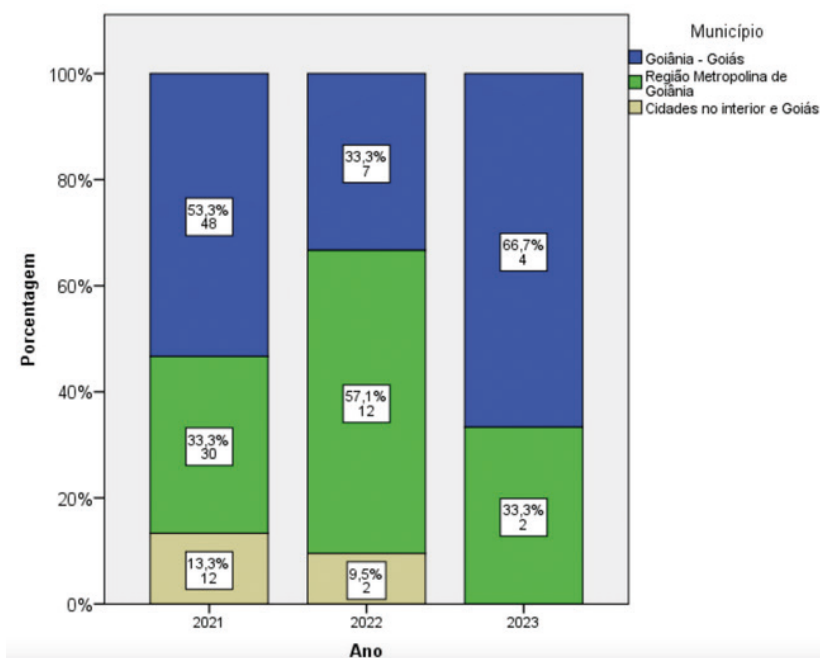


Gráfico 3. Estratificação por município de residência das internações por dificuldade no aleitamento materno em um hospital e maternidade de Goiás nos últimos 3 anos.

O aleitamento materno é uma prática fundamental para a saúde e o desenvolvimento infantil, sendo considerado a forma mais completa e adequada de alimentação nos primeiros meses de vida de um bebê. A Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Ministério da Saúde do Brasil recomenda que, para os primeiros seis meses de vida, seja ofertado para o recém-nascido apenas o leite materno, sem oferecer água, chás, sucos, fórmulas infantis ou outros alimentos sólidos ou líquidos, com exceção de medicamentos quando necessários (OMS, 2023; SBP, 2023; BRASIL, 2015).

O leite materno é biologicamente adaptado às necessidades nutricionais e imunológicas do recém-nascido. Sua composição fornece nutrientes essenciais para o crescimento e desenvolvimento infantil nos primeiros meses de vida, incluindo proteínas, gorduras e carboidratos de fácil digestão bem como vitaminas e minerais (BRASIL, 2015). Além disso, o leite humano contém uma série de substâncias bioativas, como anticorpos, enzimas e fatores de crescimento, que ajudam a fortalecer o sistema imunológico do bebê, protegendo-o contra infecções e doenças (SBP, 2023; BRASIL, 2015).

A literatura enfatiza que o leite humano proporciona proteção ainda contra infecções respiratórias, gastrointestinais e outras doenças comuns na infância, além de reduzir o risco de alergias e intolerâncias alimentares (OMS, 2023), comprovando também que crianças amamentadas com leite materno têm menor risco de obesidade, doenças crônicas e apresentam melhor desenvolvimento cognitivo (NASCIMENTO, 2020).

Para a mãe, a amamentação com leite humano promove a contração uterina pós-parto, reduzindo o risco de hemorragia e morte materna, e ajudando no retorno do útero ao tamanho normal (PINHEIRO, 2020). Além disso, a amamentação exclusiva contribui para a recuperação pós-parto, auxilia na perda de peso adquirido durante a gestação e reduz o risco de desenvolvimento de câncer de mama e ovário. O contato pele a pele durante a amamentação também estimula a liberação de hormônios que promovem o vínculo afetivo entre mãe e filho, que contribui para o desenvolvimento do recém-nascido e recuperação materna (PINHEIRO, 2020; BRASIL, 2015)

Apesar dos inúmeros benefícios associados ao aleitamento materno, ainda existem desafios e dificuldades à amamentação. A literatura apresenta que essas dificuldades são variadas, incluindo problemas físicos, emocionais, sociais e culturais, e podem impactar significativamente a capacidade da mãe de amamentar de forma exclusiva e prolongada (ESTEVES et al, 2014).

A principal de dificuldade é a dor durante a amamentação, que pode ser causada por uma pega inadequada do bebê, fissuras nos mamilos ou outras questões físicas (ISSLER, 2020, ESTEVES et al, 2014). Além disso, algumas mulheres podem enfrentar dificuldades relacionadas à produção insuficiente de leite, enquanto outras podem lidar com questões emocionais, como ansiedade, estresse ou depressão pós-parto, que afetam sua capacidade de amamentar (PINTO et al, 2023; BICALHO et al, 2021; ISSLER, 2020).

Fatores sociais e culturais também desempenham um papel importante nas dificuldades de amamentação. Pressões externas para retornar ao trabalho, falta de apoio familiar ou comunitário, e a falta de políticas de licença-maternidade adequadas podem dificultar a amamentação exclusiva nos primeiros meses de vida do bebê (BICALHO et al, 2021; CARREIRO et al, 2008).

Bicalho et al (2021) em uma revisão de literatura, analisaram pesquisas que investigaram as dificuldades enfrentadas no aleitamento materno exclusivo por mulheres no pós-parto imediato, nas primeiras 72 horas após o parto, no período em que permaneceram no alojamento conjunto. Encontraram 11 artigos publicados entre 2010 e 2019, cuja amostras dos variaram de 40 a 1.691 puérperas, com idades entre 13 e 46 anos. As principais dificuldades enfrentadas pelas puérperas no aleitamento materno estão relacionadas aos traumas nos mamilos, mencionados em 7 (63,6%) estudos, sendo que em 2 deles houve associação com a presença de dor e em 4 com a pega incorreta. Além disso, a prevalência da amamentação na primeira hora após o nascimento foi investigada em 2 (18,2%) estudos, variando entre 43,9% e 77,3%.

Identificou-se também dificuldades no estabelecimento dos laços afetivos, no qual um dos estudos relatou receio de mães em tocar, segurar ou fazer contato visual com os bebês. Problemas mamários, como ingurgitamento, ductos obstruídos ou mastite, foram mencionados em apenas um artigo. A técnica correta de amamentação foi destacada como um aspecto crucial, pois um posicionamento adequado e uma pega efetiva do bebê podem prevenir dor ao amamentar e traumas nos mamilos, reduzindo a probabilidade de interrupção do aleitamento materno por complicações (BICALHO et al, 2021).

Observa-se que o trauma mamilar é um dos problemas mamários mais significativos que afetam diretamente a experiência do aleitamento materno, sendo apontado como um dos principais fatores de risco para o desmame precoce (BICALHO et al, 2021; BARBOSA et al, 2018). Este tipo de trauma pode causar dor, uma experiência sensorial e emocional desagradável para a mulher, podendo levar à interrupção da amamentação. Os traumas mamilares mais comuns incluem escoriações, fissuras e hiperemia, conforme observado em estudos anteriores (SÁ et al, 2016; ROSA e DELGADO, 2017; BARBOSA et al, 2018). Além disso, a rachadura no mamilo também foi descrita como um tipo recorrente de trauma mamilar no pós-parto (SÁ et al, 2016).

Kretzmann (2018) buscou identificar os desafios do processo de amamentação enfrentados pelas puérperas vinculadas a um serviço de referência no município de Venâncio Aires. Realizou uma pesquisa exploratória, descritiva e qualitativa em um centro materno de Santa Catarina, no Rio Grande do Sul em uma amostra composta por puérperas que estavam realizando a consulta no referido Centro. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas e foram entrevistadas 30 puérperas, com idade média de 29,3 anos e nível de escolaridade predominante no ensino médio.

Os principais desafios relatados em relação à amamentação incluíram a falta de informação nos serviços de saúde, a ausência de incentivo e apoio familiar, bem como a experiência de dor, ingurgitamento mamário e fissuras durante a amamentação. Apesar dessas dificuldades, as puérperas optaram por amamentar seus filhos, desafiando a literatura que sugere que esses fatores podem interferir na amamentação. Isso destaca a necessidade de orientação profissional durante o período de amamentação e puerpério (KRETMANN, 2018; CARREIRO et al, 2020).

O aleitamento materno deve ser encarado como uma experiência prazerosa para a mulher, considerando que existem muitos mitos em torno desse processo, que podem influenciar a decisão de muitas lactantes. Portanto, a equipe de saúde e governos tem um papel crucial no apoio e na educação em saúde para as mulheres e suas famílias, visando fortalecer essa prática essencial para a vida humana (KRETMANN, 2018).

Nas últimas quatro décadas, políticas públicas de saúde foram implementadas em níveis globais e nacionais para promover, proteger e apoiar a amamentação. Hernandez e Victoria (2018), investigaram a influência dos discursos desenvolvimentistas, que surgiram na segunda metade do século XX, nas políticas de alimentação infantil e no significado atribuído à prática da amamentação. Colocam que, nas décadas de 1950 e 1960, a amamentação não era prioridade nos discursos desenvolvimentistas, que estavam mais focados na industrialização e modernização. No entanto, a partir das décadas seguintes, quando o foco mudou para questões de saúde infantil, as políticas globais de amamentação se tornaram mais proeminentes (HERNANDEZ; VICTORIA, 2018).

Essas políticas deveriam estimular a amamentação por meio da implementação de práticas que promovam, protejam e apoiem a puérpera. Assim, ao longo dos anos foi observada a criação de ambientes favoráveis ao aleitamento materno, como a garantia de licenças-maternidade adequadas, a criação de espaços públicos e privados para amamentação, a capacitação de profissionais de saúde para oferecer suporte às mães, e a promoção de campanhas de conscientização sobre os benefícios do aleitamento materno.

No ano de 1981 foi estabelecido no Brasil o Programa Nacional de Incentivo ao Aleitamento Materno (PNIAM), que ganhou destaque internacional devido à sua abrangência de ações voltadas para a promoção (por meio de campanhas publicitárias nos meios de comunicação e treinamento de profissionais de saúde), proteção (através da criação de leis trabalhistas para proteger a amamentação e do controle da publicidade e venda de fórmulas infantis) e apoio à amamentação (incluindo a produção de materiais educativos, a formação de grupos de apoio à amamentação na comunidade e aconselhamento individual) (REA) (BRASIL, 2017).

Entre as décadas de 1980 e início da década de 1990, o Brasil e organizações internacionais realizaram avanços significativos em relação ao apoio à amamentação. A Constituição Brasileira de 1988 garantiu à mulher trabalhadora 120 dias de licença-maternidade e ao pai, cinco dias de licença-maternidade, além de assegurar às mulheres

privadas de liberdade o direito de permanecer com seus filhos durante o período de amamentação. Em 1989, a OMS e o Unicef lançaram a Declaração Conjunta sobre o Papel dos Serviços de Saúde e Maternidades, estabelecendo os Dez Passos para o Sucesso do Aleitamento Materno, enquanto no início da década de 1990, foi elaborada a “Declaração de Inocenti” definiu metas para a prática da amamentação exclusiva até os 4-6 meses de vida (BRASIL, 2017).

Em 1991, o Brasil adotou a Iniciativa Hospital Amigo da Criança (IHAC), que busca resgatar o direito da mulher de amamentar por meio de mudanças nas rotinas das maternidades, e a NBCAL foi aprovada, regulando a comercialização de alimentos para lactentes e o uso de bicos, chupetas e mamadeiras (BRASIL, 1991; BRASIL, 2017). Nos anos subsequentes, as ações implementadas anteriormente foram mantidas e novas estratégias surgiram, as quais, direta ou indiretamente, têm incentivado o aleitamento materno.

Exemplos dessas estratégias incluem o Programa de Humanização no Pré-natal, Parto e Nascimento, que busca melhorar a qualidade da assistência à gestante e ao recém-nascido, e o Método Canguru, um modelo de assistência perinatal focado no cuidado humanizado de recém-nascidos com baixo peso. Além disso, foi criado o Comitê Nacional de Aleitamento Materno, com o objetivo de assessorar e apoiar a implementação das ações relacionadas ao aleitamento materno (BRASIL, 2009; BRASIL, 2017).

Na Atenção Básica, foram implementadas atividades de apoio ao aleitamento materno, como a Iniciativa Unidade Básica Amiga da Amamentação e em 2010, foi lançada a Nota Técnica Conjunta nº 01/2010 pela Anvisa e Ministério da Saúde, orientando a instalação de salas de apoio à amamentação para mulheres trabalhadoras em empresas públicas ou privadas, em parceria com as vigilâncias sanitárias locais (BRASIL, 2017).

Em 2012, a Portaria nº 111 redefiniu a composição do Comitê Nacional de Aleitamento Materno (CNAM), ampliando sua representação e em 2014, os processos de habilitação dos hospitais na Iniciativa Hospital Amigo da Criança (IHAC) foram revisados, incorporando critérios adicionais, como boas práticas de parto e nascimento e cuidados com recém-nascidos de risco (BRASIL, 2015; BRASIL, 2017).

Essas e outras iniciativas marcaram um avanço importante na promoção e proteção do aleitamento materno no Brasil. A Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) de 2019, realizada pelo Ministério da Saúde do Brasil (BRASIL, 2021), mostrou que 60,9% das crianças menores de 6 meses de idade eram amamentadas exclusivamente, ou seja, recebiam apenas leite materno sem nenhum outro líquido ou alimento.

Já o Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil (UFRS, ENANI, 2021) realizada com 14.558 crianças de 12.524 domicílios no Brasil mostraram que 96,2% das crianças menores de dois anos foram amamentadas em algum momento, com 62,4% sendo amamentadas na primeira hora de vida. A prevalência de aleitamento materno exclusivo (AME) em menores de 6 meses foi de 45,8% no país, sendo mais alta no Sul (54,3%), seguida pelo Sudeste (49,1%), Centro-Oeste (46,5%), Norte (40,3%) e Nordeste (39,0%).

Apesar da alta taxa de amamentação, as prevalências de AME e aleitamento materno continuado no primeiro ano ainda não atingem as metas estabelecidas. A duração mediana do AME foi de 3,0 meses e a do aleitamento materno foi de 15,9 meses, indicando a necessidade de fortalecer ainda mais as ações e políticas de apoio ao aleitamento materno no Brasil (ENANI, 2021)

Na presente pesquisa, foi possível identificar uma diminuição acentuada nos casos de recém-nascidos com dificuldades de amamentação. Nos últimos anos, o Hospital e Maternidade Dona Iris, localizado em Goiânia/GO, tem implementado diversas melhorias significativas. A introdução da Iniciativa Hospital Amigo da Criança (HIAC), e a capacitação da equipe têm gerado impactos positivos notáveis na qualidade do atendimento prestado às mães e bebês.

A política de alta após 48 horas tem favorecido uma transição mais suave para o ambiente doméstico, assegurando a continuidade do cuidado necessário. A parceria com o banco de leite e a capacitação dos profissionais envolvidos têm fortalecido a abordagem multidisciplinar, refletindo-se em melhores resultados para a amamentação. Além disso, a oferta de cursos de aperfeiçoamento aos profissionais da saúde e o aprofundamento nos estudos sobre a importância da amamentação evidenciam o compromisso da instituição com a excelência no cuidado materno-infantil, consolidando sua posição como referência nesse campo.

Dias et al. (2022) observaram que a educação em saúde sobre o aleitamento materno, por meio de palestras e outras ações, é bem recebida pelas gestantes, proporcionando um espaço favorável para esclarecer dúvidas e receber orientações úteis. Colocam ainda que o pré-natal é um momento crucial para orientar sobre a importância do AME e as possíveis dificuldades que as mães podem enfrentar, tornando-se uma estratégia importante para reduzir o desmame precoce e promover a amamentação contínua.

A instrução e a capacitação das mulheres são fundamentais para promover, proteger e apoiar a amamentação exclusiva até os seis meses de vida da criança (SILVA, et al., 2018). As ações de promoção do aleitamento materno devem ser lideradas pela Atenção Básica à Saúde, com foco na importância do AME e na prevenção dos danos causados pela interrupção precoce dessa prática. Uma comunicação eficaz e um vínculo sólido com as mães são essenciais para garantir um cuidado contínuo e alcançar os objetivos propostos.

Desde o pré-natal até as consultas de puericultura, os profissionais de saúde devem incentivar e apoiar o AME. Apesar de ser um processo natural, a amamentação envolve mudanças tanto psicológicas quanto físicas, exigindo um suporte significativo, especialmente por parte dos serviços de saúde (ANDRADE; PESSOA; DONIZETE, 2018). É crucial que as informações continuem sendo fornecidas durante o período perinatal e pós-natal, pois o puerpério imediato é um momento crítico para o sucesso da amamentação, quando as mães enfrentam suas maiores dificuldades (SANTOS et al., 2018). As intervenções educativas contribuem para a manutenção da amamentação exclusiva, mas enfrentam desafios na implementação eficaz, muitas vezes sendo realizadas de forma fragmentada. É eficaz reorganizar a assistência à saúde para garantir a continuidade das práticas de promoção do aleitamento materno, beneficiando tanto as mães quanto os bebês.

Para avançar no entendimento da temática, sugere-se a realização de estudos, preferencialmente longitudinais que acompanhe mulheres desde a gestação até o pós-parto, analisando fatores como a influência do suporte familiar, as barreiras percebidas e a interação com políticas públicas de incentivo à amamentação. Tais estudos poderia incluir análises qualitativas e quantitativas para compreender a dinâmica da amamentação ao longo do tempo e identificar pontos de intervenção para promoção e apoio mais eficazes.

Além disso, estudos que explorem a relação entre amamentação e saúde materno-infantil em diferentes contextos socioculturais e econômicos seriam pertinentes. A realização de uma análise comparativa entre regiões urbanas e rurais, bem como entre diferentes grupos étnicos e socioeconômicos, poderiam ainda apresentar os padrões e desafios específicos enfrentados por cada grupo. Tal como o presente estudo, estes poderiam contribuir para o desenvolvimento de estratégias mais adaptadas e eficazes de promoção da amamentação, levando em consideração as diferentes realidades vividas por mulheres brasileiras.

CONCLUSÃO

As melhorias e investimentos realizados por um Hospital e Maternidade na cidade de Goiânia-GO nos últimos anos podem representar um impacto positivo significativo no baixo índice de internações por P.92. A instituição direcionou esforços para aprimorar a Educação em Saúde, investir em pré-natal de qualidade e implementar modificações na abordagem e manejo do binômio mãe-bebê. A adoção de Boas Práticas assistenciais é fundamental, conforme indicado pela literatura, para a redução das dificuldades na amamentação e, conseqüentemente, para a diminuição das internações relacionadas a esse quadro. Essas iniciativas têm fortalecido a posição da instituição como referência no cuidado materno-infantil, demonstrando um compromisso sólido com a saúde e bem-estar das mães e de seus bebês.

A literatura existente destaca que a amamentação ainda é um desafio enfrentado na sociedade, e embora haja avanços, é crucial reconhecer que a promoção, proteção e apoio à amamentação continuam sendo necessários para garantir que mais mulheres tenham sucesso nesse processo. Isso reforça a importância de estratégias contínuas, como a educação em saúde durante o pré-natal, a capacitação dos profissionais de saúde e a implementação de políticas que promovam um ambiente favorável à amamentação. A colaboração entre profissionais de saúde, gestantes e famílias é essencial para superar os desafios e promover uma prática de amamentação mais bem-sucedida e sustentável.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Heuler Souza; PESSOA, Raquel Aparecida; DONIZETE, Livia Cristina Vasconcelos. Fatores relacionados ao desmame precoce do aleitamento materno. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, v. 13, n. 40, p. 1-11, 2018.

BANDEIRA DE SÁ, Naiza Nayla et al. Fatores ligados aos serviços de saúde determinam o aleitamento materno na primeira hora de vida no Distrito Federal, Brasil, 2011. **Revista brasileira de epidemiologia**, v. 19, p. 509-524, 2016.

BARBOSA, D. M. et al. Avaliação dos fatores associados ao trauma mamilar. **Rev Fund Care Online**, v.10, n.4, 2018.

BICALHO, Carine Vieira et al. Dificuldade no aleitamento materno exclusivo no alojamento conjunto: revisão integrativa. **Audiology-Communication Research**, v. 26, p. e2471, 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Programa Nacional de Incentivo ao Aleitamento Materno PNIAM**. Brasília, 1991.

_____. Ministério da Saúde. **Saúde da criança: aleitamento materno e alimentação complementar/ Ministério da Saúde**, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. 2015.

_____. Ministério da Saúde. **Bases para a discussão da Política Nacional de Promoção, Proteção e Apoio ao Aleitamento Materno**. 2017. Disponível em: Bases para a discussão da Política Nacional de Promoção, Proteção e Apoio ao Aleitamento Materno (saude.gov.br) Acesso em 24 Dez 2023.

_____. Ministério da Saúde. **Pesquisa nacional de saúde : 2019 ciclos de vida**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. 139p.

CARREIRO, J. A et al. Dificuldades relacionadas ao aleitamento materno: análise de um serviço especializado em amamentação. **Acta Paul Enferm.**, v. 31, n4, p.430-438, 2018.

CARVALHAES, M. A. B. L; CORREA, C. R. H. Identificação de dificuldades no início do aleitamento materno mediante aplicação de protocolo. **Jornal de Pediatria**. v.79, n. 1, 2003.

DIAS, E. G. et al. Estratégias de promoção do aleitamento materno e fatores associados ao desmame precoce. **Journal Health NPEPS**, [s. l.], v. 7, n. 1, p. 1-21, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/jhnpeps/article/view/6109>. Acesso em: 20 Dez 2023.

DO NACIMENTO, Maria Beatriz Reinert. Os Reflexos da Amamentação na Vida Adulta. **Guia Prático De Aleitamento Materno**, p. 5, 2020.

ESTEVES, Tania Maria Brasil et al. Fatores associados à amamentação na primeira hora de vida: revisão sistemática. **Revista de Saúde Pública**, v. 48, p. 697-708, 2014.

GASPARIN, Vanessa Aparecida et al. Fatores associados à manutenção do aleitamento materno exclusivo no pós-parto tardio. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 41, 2019.

HERNANDEZ, Alessandra Rivero; VÍCTORA, Ceres Gomes. Biopolíticas do aleitamento materno: uma análise dos movimentos global e local e suas articulações com os discursos do desenvolvimento social. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, p. e00155117, 2018.

KRKREFETZMANN, Viviane Isabel. **Desafios da amamentação: visão de puérperas de um serviço de saúde referência em Venâncio Aires**. 2018. Disponível em: Viviane Isabel Kretzmann.pdf (unisc.br). Acesso em 15 Jul.2023.

PERES, Janaine Fragnan et al. Percepções dos profissionais de saúde acerca dos fatores biopsicossocioculturais relacionados com o aleitamento materno. **Saúde em Debate**, v. 45, p. 141-151, 2021.

PINHEIRO, Rossiclei et al. Cuidados no pós-parto influenciam o futuro sucesso na amamentação”. **Guia Prático De Aleitamento Materno**, p. 11, 2020.

PINTO, Emanuele Cardoso et al. O desafio da instrução do aleitamento materno no pré-natal de risco habitual. **Brazilian Journal of Development**, v. 9, n. 2, p. 7798-7811, 2023.

ROSA, Juliana; DELGADO, Susana Elena. Conhecimento de puérperas sobre amamentação e introdução alimentar. **Revista Brasileira em promoção da saúde**, v. 30, n. 4, 2017.

SANTOS, P. V. et al. Desmame precoce em crianças atendidas na Estratégia Saúde da Família. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, Goiânia, v. 20, p. v20a05, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fen/article/view/43690>. Acesso em: 20 Dez 2023.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – Prefeitura de Ribeirão Preto/SP. **Protocolo e diretrizes de atendimento em aleitamento materno**. Disponível em: <saude10b202104.pdf> (ribeiraopreto.sp.gov.br) Acesso em: 10 de Jul, 2023.

SILVA, L. L. A. et al. Prevalência do aleitamento materno exclusivo e seus fatores de risco. **Saúde e Pesquisa**, Maringá, v. 11, n. 3, p. 527-534, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/saudpesq/article/view/6871/3298>. Acesso em: 20 Dez 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRS); ENANI. **Aleitamento materno: prevalência e práticas entre crianças brasileiras menores de 2 anos**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2021

VIANA, Maria Antônia Ferreira. **A importância do aleitamento materno exclusivo**. 2017. Disponível em: <21313612.pdf> (uniceub.br) Acesso em 15 Jul.2023.

VICTORA, Cesar G. et al. Amamentação no século 21: epidemiologia, mecanismos, e efeitos ao longo da vida. **Epidemiol Serv Saúde**, v. 25, n. 1, p. 1-24, 2016.